

**PERFORMATIVIDADE E CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO: um estudo
psicossociológico das experiências trans no contexto familiar**

**PERFORMATIVITY AND GENDER CONSTITUTION: A Psychosociological
Study of Trans Experiences in the Family Context**

Tatiana Mesquita de Souza¹, Terezinha Richartz²

¹Aluna do Curso de Psicologia do Grupo Unis, Varginha, Minas Gerais. Bolsista do CNPQ. E-mail: tatiana.souza@alunos.unis.edu.br, ORCID: 0009-0000-1661-8559.

²Orientadora. Doutora em Ciências Sociais. Professora do Grupo Unis, Varginha, Minas Gerais, E-mail: terezinha.richartz@professores.unis.edu.br; ORCID: 0000-0002-8872-1210

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre a performatividade e a constituição do gênero, com foco nas experiências psicossociais de pessoas trans no contexto familiar. O estudo busca compreender como o gênero é construído social e culturalmente, a partir de normas e expectativas que influenciam a forma como os sujeitos se reconhecem e são reconhecidos. O objetivo principal é analisar como as relações familiares podem atuar tanto como espaços de exclusão e reprodução de preconceitos quanto como ambientes de acolhimento e respeito às identidades trans. A pesquisa utilizou como metodologia a revisão e análise de obras teóricas e estudos empíricos que discutem o gênero, a subjetividade e as experiências emocionais de pessoas trans, considerando aspectos sociais, afetivos e psicológicos. Os resultados apontam que a performatividade de gênero é um processo relacional e contínuo, marcado pelas interações cotidianas e pelas dinâmicas familiares. Verifica-se que o reconhecimento e o apoio no ambiente familiar têm papel essencial na formação subjetiva, na autoestima e no bem-estar emocional das pessoas trans. Conclui-se que a promoção de práticas familiares acolhedoras, associadas a políticas educacionais e sociais inclusivas, contribui significativamente para o fortalecimento da identidade de gênero e para a construção de uma sociedade mais empática e respeitosa com a diversidade.

Palavras-chave: Gênero. Performatividade. Transgênero. Família. Psicossocial.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Iniciação Científica, aborda um tema de importantíssima relevância - Performatividade e Constituição do Gênero: um estudo psicossociológico das

experiências trans no contexto familiar. A sociedade contemporânea ainda funciona sob normas rígida, que definem comportamentos, expectativas e possibilidades de atuação social de acordo com categorias binárias de “masculino” e “feminino”. Pessoas trans, cuja identidade de gênero não se enquadra ao sexo de nascimento, frequentemente enfrentam exclusão, discriminação e violência, principalmente na família, devido ao alto grau de idealização e pressão das normas sociais. Estes fenômenos impactam diretamente na saúde mental e no sentimento de pertencimento das pessoas trans que passam por estes estrangulamentos, tornando urgente a análise crítica das estruturas sociais e culturais que perpetuam desigualdades de gênero.

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, o estudo tem caráter bibliográfico, e, portanto, é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora quase em todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologia, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica utiliza materiais já elaborados, como livros, artigos e documentos, para analisar, discutir e compreender teorias existentes sobre um tema. Esse tipo de pesquisa permite aprofundamento conceitual, identificação de lacunas no conhecimento e construção de referenciais teóricos sólidos.

Dessa forma, a questão de pesquisa é: Como as relações familiares influenciam a constituição da identidade de gênero e as experiências emocionais de pessoas trans?

Assim, objetivo principal é analisar como as relações familiares podem atuar tanto como espaços de exclusão e reprodução de preconceitos quanto como ambientes de acolhimento e respeito às identidades trans.

Ademais, uma pesquisa realizada pela UNESP na Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) estimou que a proporção de indivíduos identificados como transgêneros ou não-binários na população adulta brasileira é de aproximadamente 2%. O levantamento, o primeiro deste tipo realizado na América Latina, ouviu seis mil pessoas em 129 municípios de todas as regiões do país. Para os pesquisadores envolvidos no trabalho, os resultados reforçam a urgência de políticas públicas de saúde voltadas para estes grupos, que em números absolutos chegam a quase 3 milhões de indivíduos (Jorge, 2021).

Portanto, justifica-se a importância desta pesquisa em levar o conhecimento para a sociedade, para que se chegue nas famílias de pessoas trans, visto que o número de indivíduos transgênero é grande e são pessoas que necessitam de estudos que corroboram para o esclarecimento de que o gênero é algo construído por cada sujeito devido suas experiências de vida e que não é a genitália herdada no nascimento que dita suas escolhas e os seus desejos.

Busca contribuir para a disseminação de um conhecimento urgente e necessário à sociedade como um todo, impactando positivamente, em especial, as famílias que têm pessoas trans e favorecendo práticas sociais mais inclusivas, capazes de fortalecer o desenvolvimento da diversidade. Além disso, a pesquisa ajuda a compreender os processos de construção de identidade e subjetividade humana e também as estruturas sociais e as normas que regulam a vida das pessoas trans. Esta abordagem permite avanços na discussão acadêmica sobre gênero, inclusão e diversidade, produzindo conhecimento, e ajudando na aplicação prática na família.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este estudo se baseia em Judith Butler (2003; 2018), e em autores correlatos da teoria de gênero que entende o gênero como construção social e performativa. As experiências de pessoas trans mostram como esses atos podem reforçar ou subverter normas tradicionais, evidenciando identidades legítimas e desafiando a noção de gênero fixo. Contudo, tais vivências ainda são invisibilizadas e criticadas nas famílias, escolas e nas políticas de igualdade, evidenciando a importância de investigá-las e incluí-las no debate social e acadêmico.

Judith Butler, em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade* (1993), questiona a noção de gênero como algo essencial ou natural apontando que a identidade é construída socialmente e, portanto, pode ser transformada e subvertida. Essa perspectiva ganha relevância no contexto das pessoas trans, ao evidenciar que suas vivências desafiam a rigidez das normas de gênero impostas socialmente e revelam a pluralidade de formas de existir. Já em *Os Atos Performativos e a Constituição do Gênero: Um Ensaio Sobre Fenomenologia e Teoria Feminista* (2019), Butler desenvolve a noção de performatividade, mostrando que o gênero se constitui por meio de atos repetidos, regulados por normas sociais, e que podem acabar reforçando ou questionando padrões estabelecidos. Nesse sentido, as experiências trans demonstram como a repetição

de certos gestos, expressões e escolhas pode tanto reforçar convenções normativas quanto abrir brechas para questionar e transformar padrões estabelecidos, ampliando a compreensão do que significa viver um gênero.

Butler (2003) argumenta que não há uma identidade de gênero subjacente aos conceitos relacionados a gênero. A identidade se forma por meio da performatividade. É essa performatividade que cria o gênero, e não o inverso. Muitas vezes, o desejo não corresponde diretamente ao sexo biológico. Butler evidencia que toda identidade é resultado de construções sociais e, portanto, não possui caráter fixo ou permanente. A exigência de que haja plena correspondência entre sexo, gênero e desejo é imposta por uma ordem compulsória, que dá origem e sustenta a heteronormatividade.

Nesse sentido, conforme apontam Richartz e Santana (2021), a partir da constituição biológica — macho ou fêmea — somos nomeados pelos pais e pelo Estado no registro de nascimento como femininos ou masculinos, de modo que o nome e toda a expectativa comportamental passam a ser construídos com base nesse sexo de origem. As atribuições de gênero aceitas socialmente, portanto, criam papéis a serem desempenhados por cada indivíduo, apoiados em diferenças anatômicas e cromossômicas, o que reforça uma lógica binária e compulsória que não contempla a diversidade sexual e de gênero.

Além disso, as discussões sobre as experiências emocionais e psicossociais das pessoas trans passam, necessariamente, pelo reconhecimento do contexto social e familiar em que suas identidades são construídas e validadas. Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2014, 2021), a constituição subjetiva das pessoas trans é fortemente influenciada pelas relações familiares, que funcionam como um dos primeiros espaços de socialização e reconhecimento. Quando esse espaço é marcado por rejeição, negação ou silenciamento da identidade de gênero, as consequências emocionais podem incluir baixa autoestima, ansiedade, depressão e sentimentos de não pertencimento.

Para a autora, o ambiente familiar é um dos principais locais de reprodução da transfobia, uma vez que muitas famílias internalizam os valores de uma sociedade cisnormativa e heteronormativa, que impõe a conformidade ao binarismo de gênero. Essa reprodução simbólica das normas sociais reforça o controle sobre os corpos e as identidades que fogem da norma, o que pode levar ao isolamento afetivo e à exclusão emocional da pessoa trans dentro do próprio núcleo familiar (JESUS, 2014).

Em seus estudos, Jaqueline Gomes de Jesus destaca que as vivências emocionais de sofrimento não se originam da identidade trans em si, mas da negação social e familiar do direito ao reconhecimento. A autora propõe compreender o sofrimento psíquico como

resultado de um processo psicossocial de exclusão, em que o sujeito trans é constantemente forçado a negociar sua existência em meio à violência simbólica e estrutural. Assim, o que muitas vezes é interpretado como “fragilidade emocional” deve ser lido como uma resposta às condições de opressão e deslegitimação impostas pelo contexto social (JESUS, 2012).

No campo da psicologia social, Jaqueline enfatiza a importância do acolhimento e do reconhecimento familiar como fatores de proteção emocional e de fortalecimento identitário. Famílias que aceitam e afirmam a identidade de gênero de seus membros trans possibilitam um ambiente de afeto, segurança e pertencimento, que atua como contraponto ao estigma social. Nesse sentido, a autora reforça que a aceitação familiar é um dos principais determinantes do bem-estar psicológico e da saúde mental das pessoas trans (JESUS, 2021).

Da mesma forma, a escola também constitui-se como um dos principais espaços de socialização e de reprodução das normas de gênero. Com base na teoria de Judith Butler (2019), compreende-se que o gênero não é uma característica natural, mas um ato performativo. Diferentemente do sexo biológico, que se refere às características físicas e anatômicas dos indivíduos, o gênero é um fenômeno socialmente construído, moldado por normas culturais, expectativas e práticas institucionais. Essas normas, entretanto, produzem exclusões e violências simbólicas, como barreiras educacionais trazendo como consequências a exclusão especialmente contra pessoas trans no ambiente escolar. (Correia, 2024). As escolas, historicamente, têm sido locais onde a binaridade de gênero é reforçada, o que contribui para a marginalização de identidades de gênero não conformistas, criando barreiras para a plena participação e inclusão de estudantes trans, onde as expectativas sobre comportamento "adequado" para meninos e meninas são reforçadas desde os primeiros anos escolares (Correia, 2024).

O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de inclusão e formação cidadã, muitas vezes se torna um local de exclusão e discriminação para esses indivíduos. As experiências e conhecimentos dos indivíduos trans são descredibilizados, sendo um dos principais obstáculos que essas pessoas enfrentam ao tentar permanecer na escola. A perpetuação de preconceitos agravam ainda mais essa realidade, dificultando o acesso e a permanência das pessoas trans no sistema educacional (Louro, 1997; Bento, 2008). Conforme Berenice Bento (2017) a escola, muitas vezes se torna um espaço de reprodução da transfobia, negando reconhecimento e pertencimento.

Guacira Lopes Louro (2008) destaca a importância de reconhecer o gênero e a sexualidade como dimensões constitutivas da formação humana promovendo práticas pedagógicas inclusivas. O bullying é uma realidade cotidiana para muitos estudantes trans, que enfrentam agressões verbais, físicas e psicológicas tanto de colegas quanto, em alguns casos, de educadores. O ambiente escolar hostil é exacerbado pela falta de treinamento adequado dos educadores, que muitas vezes não possuem as ferramentas necessárias para lidar com questões de gênero e diversidade sexual de forma sensível e informada.

As principais barreiras para o acesso escolar da comunidade trans estão relacionadas a fatores como a discriminação institucionalizada, a falta de treinamento e sensibilidade dos educadores em relação às questões de gênero, e a ausência de políticas públicas que garantam a inclusão e a proteção desses estudantes. Além disso, considera-se que o apoio psicológico e social no ambiente escolar pode desempenhar um papel crucial na mitigação desses desafios. (Correia, 2024). Letícia Nascimento (2021), diz que a desnaturalização das normas de gênero é crucial para criar espaços educacionais que reconheçam e celebrem a diversidade, ao invés de marginalizar aqueles que não se conformam às expectativas cisnormativas.

Em muitas escolas, a simples existência de banheiros para pessoas trans é inexistente, forçando esses estudantes a escolherem entre banheiros que não correspondem à sua identidade de gênero ou a evitarem o uso do banheiro durante todo o dia escolar, o que pode levar a problemas de saúde física e psicológica (Bento, 2011).

Segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% das mulheres trans e travestis no Brasil acabam recorrendo à prostituição, evidenciando a falta de alternativas devido à ausência de formação educacional adequada (Benevides, 2022).

Por isso, a obra *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (Butler, 2019) constitui um marco fundamental nos estudos de gênero, ao questionar as concepções essencialistas de identidade e propor uma nova compreensão da constituição do sujeito.

Em um segundo momento, Butler aprofunda sua crítica à ideia de que o gênero seria uma expressão natural de um sexo biológico fixo. Ao contrário dessa visão, a autora o define como um ato performativo, isto é, uma construção social e discursiva que se realiza e se repete por meio de práticas e normas reguladoras. Essa concepção desloca o gênero do campo da natureza para o campo da cultura e do discurso, demonstrando que a

identidade é continuamente produzida nas relações sociais e pode ser transformada por meio da repetição subversiva dos atos que a constituem.

Butler (2019) também realiza uma crítica ao próprio feminismo, apontando que, ao adotar uma categoria universal de “mulher”, o movimento pode excluir experiências que não se encaixam nesse modelo — como as de mulheres negras, lésbicas e trans. Para ela, o feminismo deve reconhecer a multiplicidade e a fluidez das identidades, evitando reproduzir estruturas de poder e exclusão que o próprio patriarcado impõe.

Nesse sentido, a abordagem da interseccionalidade de Crenshaw (2002) mostra como gênero, raça, classe e sexualidade se cruzam, intensificando a exclusão e desigualdade que atingem de forma ainda mais profunda as mulheres trans. Nesse contexto, o Provimento nº 73/2018 do CNJ (Brasil, 2018) surge como um avanço jurídico ao garantir direitos civis, reforçando a legitimidade das identidades trans com o reconhecimento do prenome e da identidade de gênero nos documentos, sem necessidade de decisão judicial, laudo médico ou cirurgia. Essa norma reconhece a autodeterminação de gênero como um direito fundamental e reforça o princípio da dignidade da pessoa humana (Brasil, 2018). Assim, o provimento promove a despatologização da transexualidade, garantindo que a identidade de gênero seja entendida como uma expressão legítima da subjetividade e não como uma doença.

Em *Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*, Judith Butler (2019) argumenta que o sujeito de gênero não preexiste às suas práticas, mas é constituído por meio delas. Assim, a identidade de gênero não é algo que se revela ou se expressa, mas sim algo que se produz por meio da repetição de atos performativos regulados socialmente. Esses atos, gestos, discursos, posturas e comportamentos, repetem e reproduzem normas que fazem com que o gênero pareça natural e estável, embora seja, de fato, uma construção incerta e histórica.

A performatividade, portanto, não é uma simples encenação voluntária, mas um processo repetitivo no qual as normas de gênero são reproduzidas e, ao mesmo tempo, podem ser transformadas. A subversão ocorre quando o sujeito repete essas normas de maneira deslocada, produzindo fissuras na matriz heteronormativa que sustenta o sistema binário de gênero (Butler, 2019).

Em *Corpos que Pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*, Judith Butler (2019) questiona as concepções naturalizadas do corpo e do sexo. A autora argumenta que, assim como o gênero, o próprio “sexo” é uma construção discursiva produzida por regimes de poder e saber, e não uma realidade biológica neutra. Ou seja, o sexo não é

uma base natural sobre a qual o gênero é construído, mas um efeito do discurso e das normas sociais que definem o que pode ser reconhecido como corpo que se enquadra no que é “certo”.

Para Butler (2019), a distinção tradicional entre sexo (como dado biológico) e gênero (como construção social) deve ser revista, ambos são produtos de processos discursivos e políticos. Dessa forma, o discurso não apenas descreve, mas produz realidades, moldando o modo como os sujeitos se compreendem e são compreendidos socialmente. Assim, o corpo é sempre um corpo discursivo, atravessado por normas, práticas e saberes que o constituem e o limitam.

A autora discute que a materialidade do corpo não é anterior ao discurso, mas se forma dentro dele. O corpo, portanto, é materializado por meio de práticas regulatórias que determinam quais formas corporais são reconhecidas como humanas, desejáveis e legítimas (Butler, 2019). Dessa forma, o discurso heteronormativo produz e mantém a matriz binária homem/mulher, ao mesmo tempo em que exclui corpos que não se encaixam nesse padrão, como os de pessoas trans, intersexo e não binárias. As normas que produzem o corpo podem ser reproduzidas, mas também resignificadas, abrindo espaço para a subversão e a criação de novas formas de existência.

Da mesma maneira, a obra *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, de Berenice Bento (2006) realiza uma profunda análise sociológica e política sobre as experiências de pessoas transexuais, questionando os discursos normativos que definem o corpo, o gênero e a sexualidade. A autora parte da compreensão de que o corpo não é uma entidade biológica neutra, mas um campo de disputa simbólica e política, constantemente atravessado por normas e saberes que buscam regulá-lo.

Bento (2006) problematiza as concepções tradicionais que reduzem o gênero ao sexo biológico, argumentando que o corpo é construído social e culturalmente, sendo continuamente reinscrito por práticas discursivas e institucionais. Para a autora, as experiências transexuais revelam a instabilidade das fronteiras entre masculino e feminino, demonstrando que o gênero não é uma essência natural, mas uma construção social performática, sustentada por normas de coerência entre corpo, identidade e desejo.

Dialogando com autoras como Judith Butler, Bento (2006) enfatiza que o gênero é um processo performativo, repetidos por meio de práticas e discursos que legitimam certas expressões e marginalizam outras. A autora também questiona o papel das instituições médicas, jurídicas e psiquiátricas na produção das identidades transexuais.

Segundo Bento (2006), tais instituições operam como dispositivos de poder que tentam enquadrar as vivências trans dentro de parâmetros normativos, legitimando determinadas trajetórias (como a transexualidade “diagnosticada”) e silenciando outras. Essa lógica de controle e patologização acaba reforçando a cisnormatividade e limitando o reconhecimento social das identidades trans.

Ao analisar os discursos científicos e as experiências concretas de pessoas transexuais, Bento (2006) mostra que o corpo transexual é reinventado, tanto no sentido material quanto simbólico. Essa reinvenção ocorre quando os sujeitos se apropriam de seus corpos, reconfiguram significados e desafiam as fronteiras impostas pelo sistema sexo/gênero. A autora destaca que essa reinvenção é um ato político, pois confronta a heteronormatividade e questiona os regimes de verdade que definem quem pode ou não ser reconhecido como sujeito de direitos.

Após a análise dos conceitos de performatividade e constituição do gênero, é importante ressaltar o estudo pioneiro da UNESP (2021) que foi o primeiro na América Latina a estimar a proporção de pessoas transgênero e não binárias na população adulta brasileira. Realizado em 129 municípios, o levantamento apontou que cerca de 2% dos brasileiros adultos se identificam como trans ou não binários, revelando a diversidade e presença significativa dessas identidades em todas as regiões do país.

A pesquisa destaca a importância de reconhecer o gênero como uma construção social e performativa, e não como uma característica biológica fixa. Seus resultados reforçam teorias como as de Judith Butler e Berenice Bento, que compreendem o corpo e a identidade como produtos de normas sociais, mas também como espaços de resistência e reinvenção.

Além de seu valor teórico, o estudo fornece dados fundamentais para políticas públicas voltadas à população trans e não binária, contribuindo para a visibilidade, cidadania e inclusão social desses grupos historicamente marginalizados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, os resultados evidenciam que as pessoas trans enfrentam impactos emocionais e psicossociais significativos em contextos familiares marcados por normas binárias e heteronormativas. A análise das obras consultadas revela que o ambiente familiar se configura como um espaço central na

constituição subjetiva dos indivíduos, podendo atuar tanto como fonte de acolhimento quanto de reprodução da transfobia.

Com base nas discussões teóricas, compreende-se que a ausência de reconhecimento familiar tende a gerar sofrimento psíquico, sentimentos de exclusão e fragilidade identitária. Essa dinâmica se intensifica quando há tentativas de impor identidades fixas e padronizadas, reforçando a violência normativa e limitando a liberdade subjetiva das pessoas trans. Em contraposição, a presença de vínculos familiares pautados na aceitação e no respeito mostra-se essencial para o fortalecimento emocional e para o desenvolvimento de uma identidade segura.

Observa-se, portanto, que o acolhimento familiar funciona como um fator de proteção emocional e social, contribuindo para o aumento da autoestima e para o sentimento de pertencimento. A desconstrução das normas rígidas de gênero no âmbito doméstico surge, assim, como uma estratégia fundamental para a promoção da saúde emocional, da dignidade e da inclusão social das pessoas trans. Essa compreensão reforça a importância de refletir sobre o papel da família na constituição do gênero e na efetivação de práticas sociais mais acolhedoras e igualitárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica possibilitou compreender que a constituição do gênero é um processo dinâmico e performativo, atravessado por construções sociais, culturais e familiares. As reflexões apresentadas demonstram que a manutenção de normas rígidas e heteronormativas dentro do ambiente familiar exerce forte influência sobre o desenvolvimento subjetivo das pessoas trans, muitas vezes gerando sofrimento psíquico e exclusão social.

Observou-se que o acolhimento e o reconhecimento familiar são elementos fundamentais para a promoção da saúde emocional, do fortalecimento da identidade e da garantia da dignidade humana. A desconstrução das normas binárias de gênero, nesse sentido, constitui uma prática necessária para o enfrentamento da transfobia e para a efetivação de relações sociais mais justas e igualitárias.

Dessa forma, a pesquisa contribui para o debate sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade, destacando o papel transformador da família, da escola e das políticas públicas na promoção de ambientes acolhedores. Conclui-se que compreender o gênero como uma construção performativa e plural é essencial para o avanço de uma

sociedade comprometida com os direitos humanos, com a equidade e com a valorização das múltiplas formas de existência.

ABSTRACT

This article presents a literature review on performativity and the constitution of gender, focusing on the psychosocial experiences of transgender people within the family context. The study seeks to understand how gender is socially and culturally constructed, based on norms and expectations that influence how individuals recognize themselves and are recognized. The main objective is to analyze how family relationships can act both as spaces of exclusion and reproduction of prejudices, and as environments of acceptance and respect for transgender identities. The research methodology employed was the review and analysis of theoretical works and empirical studies that discuss gender, subjectivity, and the emotional experiences of transgender people, considering social, affective, and psychological aspects. The results indicate that gender performativity is a relational and continuous process, marked by daily interactions and family dynamics. It is found that recognition and support within the family environment play an essential role in the subjective formation, self-esteem, and emotional well-being of transgender people. It is concluded that promoting welcoming family practices, coupled with inclusive educational and social policies, significantly contributes to strengthening gender identity and building a more empathetic and respectful society that embraces diversity.

Keywords: Gender. Performativity. Transgender. Family. Psychosocial.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica, que tornou possível a realização deste projeto de pesquisa intitulado “Performatividade e Constituição do Gênero: um estudo psicossociológico das experiências de pessoas trans no contexto familiar”. O apoio do CNPq foi essencial para o desenvolvimento das investigações e para o fortalecimento da formação acadêmica e científica.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: ANTRA, 2022. Disponível em:

<https://antrabrasil.org/dossie-antra-assassinatos-e-violencias-contr-travestis-etransexuais-brasileiras-em-2021/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018. Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no registro civil das pessoas naturais.

Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2575>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith, Os atos performativos e a constituição do gênero: um estudo sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.).

Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 201-225.

BUTLER, Judith, **Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes(org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-152.

CORREIA, Rafael dos Santos. **Desafios e barreiras no acesso escolar para a comunidade trans: uma revisão bibliográfica**. Revista Foco, v. 17, p. 9, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan./jun. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/9s9RjN7ZVtYVh99qWcTZFkd/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientação sexual e identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e saúde mental: perspectivas psicossociais. In: SOUZA, L. L.; RODRIGUES, R. (orgs.). **Psicologia, gênero e diversidade**. Brasília: CFP, 2021.

JORGE, Marcos do Amaral. Estudo pioneiro na América Latina mapeia adultos transgêneros e não-binários no Brasil. **Jornal da Unesp**, nov. 2021. Disponível em:

<https://jornal.unesp.br/2021/11/12/estudo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-adultos-transgenerose-nao-binarios-no-brasil/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. In: __. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 15–37.

RICHARTZ, Terezinha; SANTANA, Zionel. **Gênero, intersubjetividade e performatividade**. Curitiba: Appris, 2021.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.